PODER

Entre projeção global e desafios do 4º mandato

Giro de Lula mostra prioridades do governo no cenário externo, a partir de 2027. Mas, no plano interno, problemas vão do pacote fiscal considerado tímido à formação de um primeiro escalão no qual o Centrão reivindica espaços mais nobres

» ARMANDO HOLANDA

Ricardo Stuckert/PR



Lula na Base Aérea Villamor, em Manila. Cúpula da ASEAN interessa ao Brasil por causa da construção de novas pontes comerciais

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveita os primeiros compromissos no exterior após a vitória nas urnas para sinalizar à comunidade internacional algumas das prioridades do quarto mandato. Reeleito na disputa contra Flávio Bolsonaro, pretende ampliar o protagonismo brasileiro nas discussões sobre mudanças climáticas, comércio e relações multilaterais, além de assumir a liderança na contenção ao avanço da extrema-direita.

Mas se no plano externo as metas estão definidas, no interno não faltam dificuldades. O pacote fiscal que tramita no Congresso é considerado tímido para alcançar o reequilíbrio das contas públicas e não ameniza as relações com o chamado mercado. A formação do futuro ministério terá de contemplar não apenas companheiros do PT, mas também partidos do Centrão — que reivindicam espaços mais generosos do que tiveram até agora — e ex-ministros derrotados na disputa eleitoral de outubro. E a crise na Polícia Federal, cujo protagonista é o diretor-geral Andrei Passos Rodrigues, figura de confiança do presidente.

A participação na 31ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP31), em Antália, na Turquia, tornou-se uma das principais plataformas para apresentar as credenciais do novo mandato. Em discurso aos líderes internacionais, Lula associou a vitória eleitoral à defesa da democracia e da sustentabilidade, numa demonstração da tese de que o resultado das urnas representa a continuidade dos compromissos ambientais assumidos pelo Brasil. A mensagem tem endereço: governos estrangeiros, investidores e organismos multilaterais que acompanham os desdobramentos da eleição brasileira sobre a estabilidade institucional do país.

O presidente também reafirma a autonomia da política externa brasileira em um cenário marcado pelo acirramento das disputas geopolíticas. A relação com os Estados Unidos, sob Donald Trump, constitui um dos pontos mais delicados dessa estratégia. As críticas ao presidente norte-americano, que contestou a lisura das eleições brasileiras e desconfiou do resultado, somadas ao acolhimento de Flávio Bolsonaro em território dos EUA, mantêm acesa a tensão entre Brasília e Washington. Apesar disso, a orientação à diplomacia é de preservar os canais de diálogo e evitar que as divergências políticas comprometam interesses comerciais e estratégicos.

Vantagens

Lula, porém, obteve algumas vantagens. Além de sua reeleição interromper as pretensões do Departamento de Estado, sob o comando de Marco Rubio, de um alinhamento ideológico da maior parte da América Latina a Washington, teve a seu favor a derrota de Trump nas eleições de meio de mandato e o escândalo da Nvidia — que levou à renúncia do CEO Jensen Huang do comando da empresa por ter se relacionado com uma suposta espiã do governo de Xi Jinping. Devido à minoria republicana no Capitólio, a partir de 2027 o presidente norte-americano passa a ser considerado um "lame duck" (pato manco) até o fim do mandato, o que não é o caso do brasileiro.

A ofensiva internacional também passa pela ampliação de parcerias comerciais. Em encontro com o presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, Lula discutiu o fortalecimento das relações bilaterais, que movimentam US$ 5,9 bilhões, e a possibilidade de uma visita de Estado do líder turco ao Brasil. A agenda se estende às Filipinas, onde o brasileiro participa, até amanhã, da cúpula da **Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)**. O objetivo é diversificar mercados, atrair investimentos e ampliar a presença em uma região estratégica para o comércio brasileiro. A aproximação também reforça a tentativa de Brasília de manter interlocução com diferentes polos de poder, sem alinhamento a Washington ou a Pequim.

Na agenda ambiental, Lula busca converter o capital político acumulado durante a COP30, em Belém, em compromissos financeiros. Cobrou dos países desenvolvidos maior participação no financiamento da transição energética e defendeu a mobilização de US$ 1,3 trilhão anuais para enfrentar a crise climática. Também apresentou a redução do desmatamento na Amazônia como uma das credenciais brasileiras.

"Em tempos de polarização, a diplomacia precisa saber abrir janelas onde portas se fecham", afirmou, ao defender mais uma vez o multilateralismo.

Composições

Enquanto Lula trabalha pela liderança brasileira no exterior, aliados atuam para desenhar a composição do próximo governo. A reorganização da Esplanada dos Ministérios e a formação de uma maioria no Congresso estão entre as prioridades. O presidente terá de negociar espaços com partidos do Centrão, que, desta vez, já anunciaram que não aceitam mais postos periféricos. Terá de alocar, também, figuras próximas que perderam nas urnas — casos das ex-ministras Simone Tebet e Marina Silva, por exemplo.

Esse espaço do Centrão se reflete, diretamente, na convivência com um Congresso onde o bolsonarismo ampliou a presença. E o primeiro desafio já está agendado: a eleição para as presidências da Câmara e do Senado, em fevereiro próximo. Se na Casa dos deputados a disputa parece ser favorável à recondução de Hugo Motta (Republicanos-PB), com o apoio no Palácio do Planalto, entre os senadores a situação está mais complicada. Para Lula, a reeleição de Davi Alcolumbre (União-AP) significa a manutenção do diálogo e a certeza de que projetos de interesse do governo tramitarão com certa normalidade. A eventual vitória de Rogério Marinho (PL-RN) para o comando da Casa representa uma barreira difícil de ser transposta.

Há, ainda, o desafio de conciliar as promessas ambientais com as pressões econômicas e políticas internas. A defesa da transição energética exige investimentos, capacidade de execução e negociações com setores produtivos que resistem a mudanças mais profundas. Ao mesmo tempo, a agenda social e a necessidade de preservar o equilíbrio das contas públicas devem disputar espaço no Orçamento.

Um bloco não alinhado e de mercado forte

A ASEAN (Association of Southeast Asian Nations, ou Associação de Nações do Sudeste Asiático) é uma organização intergovernamental regional que promove a cooperação política, econômica, cultural e de segurança entre os países do Sudeste Asiático. Criada em 8 de agosto de 1967, por meio da Declaração de Bancoc, o bloco nasceu durante a Guerra Fria com o objetivo inicial de conter a expansão do comunismo na região e evitar conflitos entre os países vizinhos. Hoje, é um dos blocos econômicos e geopolíticos mais dinâmicos e estratégicos do mundo. Atualmente, a ASEAN é composta por 10 estados-membros: Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia, Brunei, Vietnã, Laos, Mianmar e Camboja. O Timor-Leste está em processo avançado de adesão plena como o 11º membro.

Na retorno, encontro com Sánchez

Javier Soriano/AFP



Sánchez: apoio de Lula e estratégias para vencer em 29 de novembro

» FERNANDA STRICKLAND

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva viajará à Espanha para se reunir com o primeiro-ministro Pedro Sánchez, na próxima segunda-feira. A passagem por Madri foi incluída na agenda de retorno da viagem às Filipinas, onde participa da cúpula da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

Sánchez declarou apoio a Lula nas eleições presidenciais de outubro e comemorou a reeleição. "Grande vitória de Lula! O que aconteceu no Brasil, acontecerá na Espanha. A virada do progressismo global acaba de começar", escreveu nas redes sociais o prêmie espanhol, que considerou o desempenho do presidente brasileiro uma exortação à comunidade internacional para conter o avanço da extrema-direita.

Sánchez convocou uma eleição antecipada no país para 29 de novembro. A decisão está sendo vista como uma estratégia de alto risco, porque seu partido, o PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol), aparecia atrás em quase todas as pesquisas de opinião. Sondagens divulgadas recentemente apontam que o conservador Partido Popular (PP) deve derrotar os governistas, mas precisaria do apoio do Vox, legenda de ultradireita, para garantir maioria parlamentar.

O líder espanhol quer colher de Lula a experiência eleitoral do segundo turno e, principalmente, como funcionou o Exército do Lula, coordenado pelo deputado André Janones (Rede-MG) — que, inclusive, foi convidado a ter a mesma atuação pela recondução de Sánchez.

O encontro ocorre em meio às articulações internacionais sobre a escolha do próximo secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Além de Lula, o presidente da Argentina, Javier Milei; o líder cubano, Miguel Díaz-Canel; e a presidente venezuelana, Delcy Rodríguez, mais os representantes de 20 países da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), defenderam que o próximo ocupante do cargo seja da América Latina e do Caribe.

A posição foi formalizada em uma carta encaminhada ao Conselho de Segurança da ONU, no contexto do processo de escolha do sucessor do português António Guterres, cujo mandato termina neste ano. O novo secretário-geral terá um período de cinco anos à frente das Nações Unidas.

"Convencidos da importância de promover um sistema internacional mais inclusivo e representativo, ratificamos que chegou o momento de uma pessoa nacional da América Latina e do Caribe assumir a responsabilidade de ocupar o cargo de secretário-geral das Nações Unidas, em coerência [...] com o fortalecimento da diversidade na condução da organização", diz um trecho da carta.

O Brasil também defende que o próximo secretário-geral seja uma mulher. Inicialmente, apoiou a candidatura da ex-presidente do Chile Michelle Bachelet, que desistiu da disputa.

> **Chegou o momento de que pessoa nacional da América Latina e do Caribe assumir a responsabilidade de ocupar o cargo de secretário-geral das Nações Unidas, em coerência [...] com o fortalecimento da diversidade na condução da organização"**
>
> ***Trecho da carta na qual os países latino-americanos e do Caribe reivindicam a escolha de um representante da região para o posto de secretário-geral da ONU***